

Na safra 2004/05, a renda da agricultura foi afetada de forma negativa, sobretudo pela:

1. Grande estiagem afligida na Região Centro-Sul, que frustrou a produção de milhares de produtores;
2. Valorização do câmbio e o recuo dos preços das *commodities* no mercado internacional, com a grande safra norte-americana.

Desde então, surgiram uma série de problemas no campo, seja de natureza estrutural, como conjuntural. Uma parte da agricultura ficou completamente insolvente. As dívidas recentes, tomadas entre 2000 e 2004, acumularam-se às aquelas negociadas nos anos 90.

A safra 2005/06 foi de pesado ajuste, com redução do padrão tecnológico e menor uso de insumos. Por sua vez, o câmbio novamente continuava em processo de valorização durante o ciclo de produção, e o agricultor plantava os insumos com o dólar mais caro em reais e vendia o produto com o dólar mais barato em reais.

Nesse curto período, o perfil de financiamento da agricultura passou por mudanças. Os recursos da exigibilidade não significavam novos aportes de crédito, pois eram usados nas renovações dos empréstimos não quitados. Para cobrir essa falta, diante da boa liquidez do mercado internacional, as empresas de insumos e as *tradings* passaram a financiar a produção.

Nas safras 2006/07 e 2007/08, a renda da agropecuária teve uma tênue recuperação, porém bem longe de compensar as perdas de 2004/05 e as dívidas anteriores. Intensificava-se o movimento para uma terceira renegociação da dívida rural.

Do quarto trimestre de 2006 até julho deste ano, a busca dos *hedge funds* por ativos reais, a febre do etanol nos Estados Unidos e a demanda aquecida dos países asiáticos, alimentam uma intensa onda especulativa nas *commodities* em geral. Nas principais *commodities* agrícolas, como milho, soja e trigo, os preços bateram nos mais altos patamares na Bolsa de Chicago. ■

Renda na agricultura II

Propostas e alternativa

Abag

A PARTIR de agosto último, o pânico passou a assombrar os mercados mundiais. A disponibilidade de crédito ficou mais apertada. As Bolsas entraram em queda, assim como as cotações das *commodities*, inclusive as agrícolas. Para a safra 2008/09, a expectativa de vendas maiores de insumos e aumento na área plantada de grãos deixou de existir no Brasil.

O grande desafio está na garantia de renda na comercialização da colheita, a partir de fevereiro do próximo ano. Em condições normais, a produção estará em tamanho condizente com um menor desempenho previsto para a economia brasileira e mundial. Por isso, as disponibilidades de recursos e de ações emergenciais são prioritárias.

A agricultura precisa de políticas públicas, que levem em conta a sua inserção e importância nas cadeias produtivas.

É necessário quebrar o círculo vicioso entre crédito e débito, com uma revisão da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural.

Como depende do montante do depósito à vista, que varia ao sabor da política monetária, a exigibilidade sempre funcionou como quota na distribuição e aplicação do crédito. Por isso, não consegue ser uma fonte sustentável e suficiente de recurso. Agora, em 2008, a retirada da Contribuição Provisória sobre Movimen-

tação Financeira (CPMF), junto com o aumento da Selic, deixou clara a vulnerabilidade do instrumento, pois enquanto os depósitos à vista iam para as aplicações, o crédito rural sofria encolhimento em sua principal fonte de suprimento.

Os subsídios diretos concedidos pelo Tesouro Nacional à agricultura entre 2000 e 2006 foram da ordem de R\$ 20,9 bilhões. O questionamento está na aplicação mais racional e inteligente destes recursos.

Pensando no futuro, o Brasil deve buscar a concepção de um modelo mais adequado à realidade presente. Existem demandas externas para serem introduzidas. Como signatário de importantes acordos internacionais, o Brasil precisa estar preparado para cumpri-los e discuti-los.

Faltam arranjos institucionais entre os ministérios e órgãos para integrar e consolidar políticas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio nacional.

Em 2006, a Abag selecionou e apresentou sugestões para 15 pontos estratégicos do agronegócio brasileiro, a saber:

1. Dotação Orçamentária do MAPA;
2. Crédito e Endividamento Rural;
3. Seguro Rural;
4. Tributação;
5. Parceria Público-Privada e Custo Brasil;
6. Segurança Fundiária;
7. Marketing e Venda de Produtos;
8. Contratos nas Cadeias Produtivas;
9. Negociação Internacional;
10. Normas e Certificações;
11. Sustentabilidade;
12. Defesa Sanitária e Pesquisa;
13. Desenvolvimento e Inovação;
14. Agroenergia;
15. Montagem Institucional.

A surpresa, com uma dose forte de decepção, está na constatação frustrante da ausência de qualquer sinal de avanço na

Subsídios diretos à agricultura (2000 a 2006)

Item	Valor (R\$ bilhões)
Comercialização, equalização de juros e seguro obrigatório (Proagro)	10,6
Prorrogação da dívida rural	10,3
Total	20,9

Fonte: Banco do Brasil

Propostas de ação para o governo

1. Reavaliação e Liberação das Garantias em Novas Operações - nas operações antigas da Securitização, Pesa e Recoop, a totalidade dos bens dados em garantia continuam penhorados.
2. Recursos para o Crédito de Custeio - Compensar a demanda não atendida, com a retirada das tradings e empresas de insumo na concessão do crédito; - Reduzir a zero o IOF.
3. Recursos para a Comercialização da Safra: - Montante suficiente para viabilizar o escoamento, especialmente, para o trigo e milho, através dos instrumentos: PEP, Contrato de Opção e EGF.
4. Correção dos Preços Mínimos - Os preços mínimos estabelecidos no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) não cobrem os custos operacionais de produção.
5. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) - Subvenção na venda do produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor de prêmio equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação de ICMS vigente em cada estado da Federação. - O valor de referência deve ser o custo operacional de produção nas regiões de fronteira agrícola, pois tendem a apresentar menores preços de venda e maiores custos de produção.
6. Recursos para Exportação - Garantir recursos e prazos competitivos para ACCs; - Avaliar posições tomadas com moedas estrangeiras.
7. Subvenção ao Prêmio de Opção - Risco máximo é o valor do prêmio pago no momento da compra do contrato; - Não há necessidade de ajustes diários e da margem de garantia do contrato.
8. Modernização da Infra-estrutura agrícola - Ampliação de prazo e carência, com redução de juro no Moderinfra.
9. Reforma Tributária - Imposto zero nos alimentos; - Desoneração dos produtos exportados; - Revisão da Lei Kandir.
10. Seguro Rural - Revisão nos índices de produtividade e na taxa de cobertura; - Ampliação da subvenção parcial do prêmio; - Regulamentação do Fundo de Catástrofe.

maioria desses pontos. Em alguns deles, houve até regressão. Sem um mínimo de consenso entre as lideranças políticas e setoriais, não se logrará montar uma comunicação eficiente com a sociedade.

A expansão da agricultura ocorre a céu aberto. Carece de instrumentos sinalizadores para evitar a canibalização dos mercados. Não se usam os zoneamentos econômicos ecológicos como instrumentos para uma ocupação mais equilibrada das áreas. Inexiste complementação da política de preços mínimos e o seguro rural. É necessário mirar em alguns exemplos bem sucedidos da PAC, na Europa, e na Farm Bill, dos Estados Unidos.

O desenvolvimento dos biocombustíveis deve ser buscado com a visão global de contribuir para a construção de matriz energética mais limpa e renovável, mitigar as emissões dos gases de efeito estufa e servir de alternativa de renda para a agricultura, principalmente nos países não-desenvolvidos.

A Abag se coloca à disposição para construir uma agenda positiva para o agronegócio nacional, com os olhos voltados no futuro, em prol do fortalecimento de cada um dos seus elos da cadeia produtiva. ■

Associação Brasileira de Agribusiness
(www.abag.com.br)

Ainda sobre a crise

da Redação da Agroanalysis

O novo modelo do agronegócio tem tudo para ser implantado, principalmente em função da redução do crédito trazida pela crise.

Esta começa a mostrar sua garras mais fortes em pelo menos três setores: imobiliário, automotivo e agro-energia. Os três setores estavam trabalhando em velocidade máxima, principalmente o setor de etanol, com muita euforia e alta alavancagem.

Já são visíveis a redução dos lançamentos imobiliários, o aumento do estoque de veículos nos pátios e o freio de mão puxado na instalação de novas usinas e destilarias. Com certeza, no último setor o grau de concentração será grande. Nada de novo, se pensarmos nas ondas históricas de investimento. Muitos investidores entram mas ficam somente aqueles do ramo. As demissões em outros setores também já estão todos os dias nos jornais. O tamanho exato da encrenca irá depender da eficácia do governo em conduzir adequadamente sua política anticíclica. Por enquanto, imaginar um crescimento de PIB superior a 2,5% em 2.009 é um ato de coragem.

O dólar deve parar em um patamar menor que o atual, como vimos falando até agora, mas seguramente acima dos 2 reais. Continuamos acreditando que o preço dos grãos continuará a sofrer menos que as demais *commodities*. Mas, como temos repetido, a hora é de jogar na defesa. Vender a futuro, garantindo receita.

O governo deve utilizar com inteligência os instrumentos de política fiscal, investindo, mas sem aumentar gastos correntes. Neste momento, uma política fiscal inteligente é mais eficaz do que a política monetária.

Não custa lembrar que, neste hora, quem tem liquidez vira rei. Talvez para alguns esperar a hora certa para comprar algum ativo, que esteja procurando... por exemplo, uma área de terra. Mas... calma, ainda não chegou a hora.